



Serviços Ação Social Escolar da Universidade dos Açores

F  
3

# **CONTA DE GERÊNCIA**

DE 1 DE JANEIRO DE 2016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

---

**SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR DA  
UNIVERSIDADE DOS AÇORES**

**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS**

Ponta Delgada, abril de 2017



A  
3

---

## 1 INTRODUÇÃO

Os Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores (SASE) são uma pessoa coletiva de direito público que goza de autonomia administrativa e financeira, nos termos da lei, dos Estatutos da Universidade dos Açores (UAc) e de acordo com o Regulamento de Funcionamento dos Serviços, Despacho 13006/2015 publicado no Diário da República – 2ª Serie nº 224 - 16 de novembro de 2015.

A contabilidade dos Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores, até ao exercício económico de 2002, foi prestada unicamente com base num sistema de registo orçamental unigráfico, sendo que a prestação de contas foi elaborada de acordo com as Instruções do Tribunal de Contas, constantes do Diário da República n.º 261, 1ª Série, de 13 de novembro de 1985.

Na sequência da entrada em vigor do Plano Oficial de Contabilidade Pública para o sector da Educação (POC - Educação), aprovado pela Portaria n.º 794/2000, de 20 de setembro, são elaboradas as presentes contas do exercício de 2011, de acordo com o referido plano contabilístico.

Assim, as presentes demonstrações financeiras reportam ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2016.

As notas que a seguir se apresentam visam facultar um melhor entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestações de contas exigidos na Instrução n.º 1/2004 — 2.ª Secção, publicadas no DR N.º 38, II Série, de 14 de fevereiro. As notas não aplicáveis ou materialmente irrelevantes foram omitidas. Os quadros solicitados, quando aplicáveis, encontram-se em anexo.



4  
4

## 2 ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 8.1 – Caracterização da entidade

#### 8.1.1 – Identificação

Designação: SASE – Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores

Endereço: Rua Doutor Vitorino Nemésio, 24, 9500-348 Ponta Delgada

Classificação Orgânica: 091030300

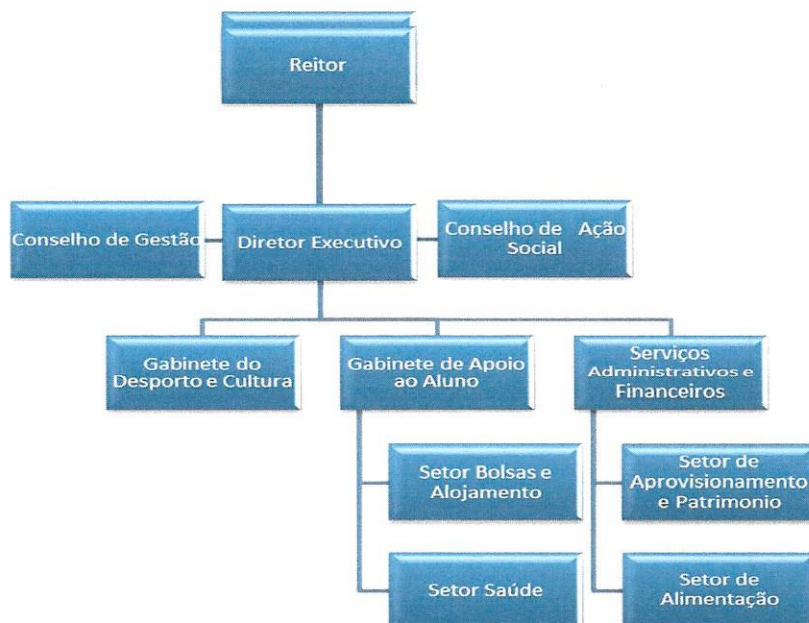
Classificação Funcional: 2.01.5

Tutela: Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Regime Financeiro: Autonomia administrativa e financeira

#### 8.1.3 – Estrutura organizacional efetiva

A estrutura organizacional efetiva está esquematizada sob a forma do seguinte organograma:





Handwritten signature or initials in blue ink.

---

#### 8.1.4 – Descrição sumária das atividades

A atividade desenvolvida pelos SASE é no âmbito da aplicação da Ação Social Escolar Universitária na UAç, tendo como objetivo melhorar as possibilidades de sucesso escolar, mediante a prestação de serviços e a concessão de apoios aos estudantes nas bolsas de estudo, alimentação, alojamento, saúde e nas atividades desportivas e culturais.

#### 8.1.5 – Recursos Humanos

##### Órgãos de Gestão

- Conselho de Gestão  
Presidente: João Luís Roque Batista Gaspar (Reitor)  
Vogal: Ana Paula Carvalho Homem de Gouveia (Diretora Executiva)  
Vogal: Fernanda Margarida Rego Sousa (Coordenadora)
  
- Conselho de Ação Social  
Presidente: Reitor;  
Diretor Executivo;  
2 Alunos, sendo 1 bolseiro.

O mapa de Pessoal dos SASE é constituído por 40 trabalhadores, dos quais, 39 com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, 1 em comissão de serviço no âmbito do LCVR e 1 avençado.





Handwritten initials or signature in blue ink.

---

### 8.1.6 – Organização contabilística

1. Não existe um manual de procedimentos contabilísticos organizado, no entanto foi definido um conjunto de procedimentos, critérios e regras que garante a execução da contabilidade de forma rigorosa, criteriosa e isenta de erros materiais.

2. Os livros de registo utilizados são o Diário, Razão e Balancetes do Razão, Inventário das Imobilizações, Inventário das Existências e Balanços.

3. Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas estão arquivados da seguinte forma:

- **Despesas** – Arquivados por processo de despesa do qual faz parte a proposta de realização de despesa, a requisição oficial, o documento comprovativo da despesa (fatura ou documento equivalente). Estes processos estão arquivados por ordem de proposta de despesa. A autorização de pagamento, documento comprovativo do pagamento (fotocópia do cheque e folhas de transferências bancárias) e recibo comprovativo do pagamento, estão arquivados sequencialmente.
- **Receitas** – Listagens de vendas e prestação de serviços diárias são resumidas numa folha de caixa e de cofre. Além disso estão arquivadas por número de documento as faturas e os recibos relativos às cobranças.
- **Outras operações** - Existe um arquivo para as guias de entrega de descontos e retenções e demais de documentos de suporte.

4. O sistema informático utilizado para a execução da contabilidade assenta em mecanismos automáticos de geração de movimentos contabilísticos. Trata-se de um sistema de gestão financeira e contabilística em que os movimentos contabilísticos patrimoniais são gerados à medida que as tarefas e as operações inerentes à execução orçamental são executadas.



5. Relativamente às Demonstrações Financeiras intercalares, os SASE elaboram demonstrações financeiras mensais, sendo as mesmas utilizadas internamente para efeitos de gestão e enviadas às respetivas entidades.

6. Não existe descentralização contabilística.

## **8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados por naturezas**

As Demonstrações Financeiras que se seguem respeitam a numeração sequencial no POC – Educação, sendo omissas as notas numéricas, cuja numeração não existe, sem aplicabilidade ou nos casos em que a apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras. De referir, que todos os valores se encontram expressos em euros.

### **8.2.1. Disposições do POC – Educação**

As Demonstrações Financeiras e demais anexos, relativos às contas do exercício de 2016, dos Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores, foram efetuadas segundo as normas e princípios contabilísticos do Plano Oficial de Contabilidade, para o Setor da Educação (POC – Educação), aprovado pela Portaria n.º 794/2000, de 20 de setembro.

### **8.2.2 – Contas do Balanço e da Demonstração de Resultados**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos dos Serviços de Ação Social Escolar da Universidade dos Açores, mantidos de acordo com os Princípios da Contabilidade geralmente aceites em Portugal e definidos no POC- Educação.

O Princípio do Custo Histórico foi aplicado nos registos contabilístico efetuados.

As Demonstrações Financeiras de 2016 e demais documentos de prestação de contas foram elaborados de acordo como o POC – Educação, assentes num sistema de contabilidade patrimonial.



### 8.2.3 – Critérios valorimétricos

O critério utilizado na valorimetria das rubricas do Balanço e da Demonstração de resultados foi o do custo de aquisição.

As amortizações do exercício foram calculadas pelo método das taxas constantes com base nas taxas previstas no CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aprovado pela Portaria 671/2000 – 2ª Série, publicada no Diário da República n.º 91 de 17 de Abril de 2000.

### 8.2.7 Amortizações e provisões

Os movimentos das contas do ativo imobilizado constantes do balanço e das respetivas amortizações e provisões contam do quadro que se segue:

#### 8.2.7.1 - Imobilizado

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação Ajustamento	Aumentos	Alienações	Regularizações	Transferências Abates	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas							
Despesas de Instalação							
Despesas de Investigação e Desenvolvimento							
Propriedade Industrial e Outros Direitos							
Software							
Imobiliz Curso de Imobilizações Incorpóreas							
Imobilizações Corpóreas							
Terrenos e Recursos Naturais							
Edifícios e Outras Construções	12 492 506,33						12 492 506,33
Equipamento e Material Básico	1 296 864,16		29 120,05			3 386,31	1 322 597,90
Equipamento de Transporte	36 089,06						36 089,06
Ferramentas e Utensílios	9 104,68						9 104,68
Equipamento Administrativo	108 519,75		6244,6			777,44	113 986,91
Taras e Vasilhame							
Outras Imobilizações Corpóreas	25 976,98						25 976,98
Imobiliz Curso de Imobilizações Corpóreas	10 847,00					10847	0,00
Investimentos Financeiros							
Partes de Capital							
Obrigações Títulos de Participação							
Investimentos em Imóveis							
Outras Aplicações Financeiras							
Imobiliz Curso Investimentos Financeiros							
Total.....	13 979 907,96		35 364,65			15 010,75	14 000 261,86





Handwritten initials or signature in blue ink.

### 8.2.7.2 - Amortizações E Provisões

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Regularizações	Transferências Abates	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas					
Despesas de Instalação					
Despesas de Investigação e Desenvolvimento					
Propriedade Industrial e Outros Direitos					
Software					
Imobilizações Corpóreas					
Terrenos e Recursos Naturais					
Edifícios e Outras Construções	2 064 059,54	167 318,45			2 231 377,99
Equipamento e Material Básico	1 213 546,17	36 747,99		3 386,31	1 246 907,85
Equipamento de Transporte	36 089,06				36 089,06
Ferramentas e Utensílios	9 093,34	11,34			9 104,68
Equipamento Administrativo	103 946,74	3 921,62		777,44	107 090,92
Taras e Vasilhame	0				0,00
Outras Imobilizações Corpóreas	19 987,93				19 987,93
Investimentos Financeiros					
Partes de Capital					
Obrigações Títulos de Participação					
Investimentos em Imóveis					
Outras Aplicações Financeiras					
<b>Total.....</b>	<b>3 446 722,78</b>	<b>207 999,40</b>		<b>4 163,75</b>	<b>3 650 558,43</b>

### 8.2.31 – Provisões acumuladas

PROVISÕES ACUMULADAS				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Provisões para aplicações de tesouraria				
Provisões para cobranças duvidosas	0,00			0,00
Provisões para riscos e encargos				
Provisões para depreciação de existências				
Provisões para investimentos financeiros				
<b>Total.....</b>	<b>0,00</b>			<b>0,00</b>

### 8.2.32 – Movimentos ocorridos Fundo Patrimonial

A classe 5 – Fundo Patrimonial, é constituída pelo valor do património inicial dos SASE à data de 01.01.2003, ou seja, reflete a diferença entre os elementos patrimoniais ativos (conjunto dos bens e direitos sobre terceiros)



A  
9

e passivos (conjunto das obrigações para com terceiros) que, à altura, concorriam para aquele património. Para além disso contempla o valor dos resultados transitados de exercícios anteriores.

### 8.2.33 – Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas consta do quadro seguinte:

DMVMC			
Código das contas	Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
32/36	Existências Iniciais	883,01	2187,06
312-3172-3182/316-3176-3186	Compras	5 670,26	24 585,30
382/386	Regularização de e	0	0
32/36	Existências finais	1587,33	3575,85
	Custo do exercício.....	4 965,94	23 196,51

### 8.2.37 – Demonstração dos resultados financeiros

A demonstração dos resultados financeiros consta do quadro seguinte:

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		N	N-1			N	N-1
681	Juros suportados	0	24,09	781	Juros obtidos	0	0
682	Perdas em entidades ou subentidades	0	0	782	Ganhos em entidades ou subentidades	0	0
683	Amortizações e investimentos em imóveis	0	0	783	Rendimentos de imóveis	0	0
684	Provisões para aplicações financeiras	0	0	784	Rendimentos de participações de capital	0	0
685	Diferenças de cambio desfavoráveis	0	0	785	Diferenças de cambio favoráveis	0	0
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0	0	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0	0
688	Outros custos e perdas financeiros	1 574,14	1 287,48	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0	0
82	Resultados financeiros	-1 574,14	-1 311,57	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0	0
		0	0			0	0



## 8.2.38 – Demonstração dos resultados extraordinários

A demonstração dos resultados extraordinários consta do quadro seguinte:

Código das contas	Custos e perdas	Exercícios		Código das contas	Proveitos e ganhos	Exercícios	
		N	N-1			N	N-1
691	Transferências de capital concedidas	0	0	791	Restituição de impostos	0	0
692	Dívidas incobráveis	0	25 783,21	792	Recuperação de dívidas	0	0
693	Perdas em existências	0	0	793	Ganhos em existências	0	0
694	Perdas em imobilizações	0	914,48	794	Ganhos em imobilizações	0	0
695	Multas e penalidades	0	0	795	Benefícios de penalidades contratuais	0	0
696	Aumentos de amortizações e provisões	0	0	796	Reduções de amortizações e provisões	0	0
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	0	0	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	78,38	16,90
698	Outros custos e perdas extraordinárias	0	0	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	172 057,41	212 302,36
84	Resultados extraordinários	172 135,79	185 621,57				
		172 135,79	212 319,26			172 135,79	212 319,26

## 8.2.39 – Outras Informações relevantes

Para melhor interpretação das demonstrações financeiras, deve-se ter ainda em consideração os seguintes pontos:

1. Seguindo a Orientação – Norma interpretativa n.º 2/2001 – Movimentação da conta 25 do POCP, as dívidas de e a terceiros não transitaram para a conta 25 – Devedores e credores pela execução do orçamento, ficando registadas nas contas originárias.
2. O saldo credor da conta 2436 – IVA a pagar mostra o valor em dívida referente ao último trimestre de 2016.
3. Os saldos subcontas da conta 271 – Acréscimos de proveitos, identificam proveitos provenientes de receitas de alojamento, aluguer do pavilhão desportivo e diversos, do exercício de 2016 cobradas no exercício de 2017.



4. Os saldos credores das subcontas da conta 273 – Acréscimos de custos, identificam as faturas datadas de 2017, mas que se referem a consumos do exercício de 2016. Estas subcontas estão desagregadas de acordo com a natureza dos custos. Para além disto, a subconta 2732 – Remunerações a liquidar regista o montante relativo ao subsídio de férias e ao mês de férias que será pago no exercício de 2017.
5. O saldo da conta 274 – Proveitos diferidos evidencia os proveitos resultantes de transferências do Orçamento do Estado e de outras entidades consideradas subsídios ao investimento. No período a que estas demonstrações financeiras dizem respeito, reconheceram-se proveitos no montante respeitante às amortizações dos bens que foram adquiridos através destas fontes de financiamento, de forma a assegurar o balanceamento entre proveitos e custos. Para além destas verbas, foram ainda registados os valores correspondentes a saldos de gerência, referentes a receitas arrecadadas e não aplicadas na despesa neste exercício.
6. Os saldos que constam da classe 3 – Existências correspondem aos valores apurados no inventário dos stocks a 31 de dezembro de 2016.
7. Os custos financeiros registados neste exercício referem-se a encargos com serviços bancários.
8. Como proveitos extraordinários contabilizaram-se proveitos provenientes das regularizações aos proveitos diferidos, nomeadamente os saldos de gerência e o reconhecimento do proveito referente às amortizações do exercício dos bens adquiridos com subsídios ao investimento.

Abril de 2017

O Conselho de Gestão